

Entrevista com



Victoria Basualdo

CONICET/FLACSO



Paulo Fontes

UFRJ

Provocadoras: Clárisse Pereira e Helene Nagarava

A relação intrínseca entre o nosso presente e os problemas de pesquisa é algo inescapável para o historiador. Olhamos para o passado com as lentes do contemporâneo, e construímos nossos entendimentos também no presente. Ancoradas nestas reflexões, nos perguntamos: quais são os entrecruzamentos possíveis entre as nossas experiências de vida e nossas trajetórias profissionais? Esta inquietação, por abrir inúmeras possibilidades de discussão e se desdobrar em debates caros à área da historiografia que se volta ao tema do trabalho, nos pareceu um bom mote para conduzir a entrevista que compõe este Dossiê Mundos do Trabalho. Nossos entrevistados são Victoria Basualdo, doutora em História pela Universidade de Columbia, professora e pesquisadora del CONICET (Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas), e da Faculdade Latinoamericana de Ciencias Sociales (FLACSO) na Argentina, onde coordena o Programa “Estudios del trabajo, movimiento sindical y organización industrial”, e Paulo Fontes, doutor em História pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), professor e pesquisador do Instituto de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), onde coordena o Laboratório de Estudos de História dos Mundos do Trabalho (LEHMT).

Provocados sobre suas próprias trajetórias, os pesquisadores nos brindaram com reflexões que ultrapassam o campo do individual e adentram no debate de temas importantes na História do Trabalho, como a influência de autores clássicos, questões de identidade e como pensar e executar uma atuação para além das universidades. Apresentam-se, então, duas perspectivas distintas sobre a História do Trabalho, mas que fogem de enclausuramentos dicotômicos e apontam para a complexidade e pluralidade do campo da historiografia global do trabalho.

Clarisse Pereira: Boa tarde, boa tarde a todas e todos, Paulo, Victoria, Heliene. Estamos aqui começando a nossa entrevista, hoje no dia 1º de outubro de 2020. Entrevista remota, mas nos possibilitou também esse encontro, que eu tenho certeza de que vai ser muito profícuo. Estamos fazendo essa entrevista com o professor Paulo Fontes, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), e com a professora Victoria Basualdo, da FLACSO (Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais), da Argentina para o Dossiê Mundos do Trabalho, da Revista Cantareira, que é uma revista discente do Instituto de História da Universidade Federal Fluminense, que já existe há mais 15 anos, então tem uma trajetória muito legal e que a gente está tendo a honra, eu e Heliene, de organizar esse Dossiê.

Heliene Nagasava: Obrigada Clarisse. Normalmente o que se faz em entrevistas é apresentar o currículo das pessoas que estão sendo entrevistadas. Mas a gente optou por não fazer isso logo de cara, no início da entrevista, porque a gente queria que vocês também pudessem falar um pouco da produção de vocês no meio da fala. E outro motivo é que vocês produzem muito. E aí, como vocês produzem muito a gente vai ficar meia hora na entrevista, que é o período inteiro, só falando do que vocês fizeram (risos). Então, como vocês produziram muito, trabalharam bastante, a gente optou por não começar já falando do currículo de vocês. Vou passar de novo a palavra para Clarisse, para ela começar com a primeira pergunta.

CP: A gente vai começar com a Victoria. Queria perguntar para você, Victoria, se você pode falar um pouco como foi a influência da sua trajetória de vida, de como você se interessou pelos seus temas de estudo, um pouco da história da sua família, e como isso se relaciona com o início da sua trajetória acadêmica.

Victoria Basualdo: Bem, muito obrigada pelo convite. Realmente é um enorme prazer para mim estar aqui. E não apenas por estarem organizando esse dossiê tão interessante, mas também por Paulinho, um querido amigo, Paulo Fontes, muito admirável para mim, muito querido. Então é um presente esta possibilidade, este diálogo. E bem, muito interessante a pergunta. Há muitas maneiras de responder isso. Eu nasci no ano 1975, um ano antes do começo de uma ditadura muito terrível na Argentina, portanto, creio que toda a minha geração esteve marcada por isso.

Minha família também, particularmente, estivemos vivendo no exílio, toda uma trajetória pessoal que marcou essa questão. Mas acredito que mais do que as histórias pessoais, há questões coletivas. Realmente para mim, desde a minha escola primária nos anos 1980, minha escola secundária, também no fim dos 1980 e início dos anos 1990. E os temas da ditadura eram discutidos, trabalhados. Acredito que essas discussões, que ocorreram nos meus anos formativos, tiveram relação com a minha escolha em estudar História. No meu caso, eu fiz a carreira de História na Faculdade de Filosofia e Letras, na UBA, na Universidade de Buenos Aires, e eu estava buscando poder trabalhar sobre essas histórias. Realmente na universidade havia uma grande resistência de trabalhar academicamente sobre essas questões. E não apenas me interessava a ditadura, mas também me interessava os trabalhadores. A história sindical. E sobre isso também havia muitas travas, não era um tema central. De fato, não sei se vocês se lembram, mas nos anos 1980 e 1990, em meio ao Consenso de Washington se falava em fim da História. E tudo o que tinha a ver com a história dos trabalhadores, com história sindical estava muito marginalizado. De modo que, na realidade, minha trajetória acadêmica começou na Universidade de Buenos Aires, mas seguiu na pós-graduação nos Estados Unidos, na Universidade de Columbia. E, paradoxalmente, de lá era muito mais fácil ver a América Latina do que podíamos ver a América Latina a partir da Argentina, de uma perspectiva muito eurocêntrica na formação, muito centrada, olhando muito a outros grupos de poder. E muito paradoxalmente, para mim, ir estudar na Universidade de Columbia, em Nova York, me abriu contato com gente de todo lugar do mundo, mas principalmente com muitos colegas latino-americanos, de cujas aprendizagens, cujos aportes eu pude ver muito melhor a própria história argentina. É neste marco que, a partir não da minha tese de mestrado, com o tema de História Econômica, que é muito querido para mim até hoje, mas sim na tese de doutorado, onde comecei a trabalhar sobre a história da organização e militância trabalhadora nas grandes fábricas na Argentina, entre os anos 1950 e 1980, e a repensar a ditadura a partir dos trabalhadores, com essas perguntas que me surgiam tanto da minha própria trajetória pessoal, como dos debates sociais, como das necessidades de compreensão.

HN: Obrigada, Victoria, pela resposta. Paulo, então você participou de atividades junto aos sindicatos muito no início da sua carreira de História. Você fez História na USP, e logo no finalzinho da História, quando ainda estava cursando, você entrou no Instituto Cajamar para trabalhar com educação sindical, se eu estou certa. E eu queria saber porque escolher educação sindical, como é que foi estar dentro da História e decidir seguir por esse tema.

Paulo Fontes: Boa tarde. Também queria agradecer muito o convite de vocês. Para mim também é uma alegria imensa ver a Victoria, poder participar dessa atividade junto com ela. A gente tem uma admiração enorme e uma amizade muito profunda, então é sempre prazeroso estar com a Victoria, ouvir a Victoria, é uma pessoa com quem eu aprendo muito. Então, obrigado por me

convidar para conversar com vocês. Para responder a sua pergunta eu preciso falar um pouquinho só da minha trajetória anterior, que é um pouco típica e atípica, eu acho, da minha geração. Em que sentido que eu estou falando? Bem, eu sou filho de migrantes nordestinos para São Paulo. Sou a primeira pessoa da minha família a fazer a universidade, então eu sou de uma leva anterior à leva contemporânea de gente que tem a primeira pessoa da família a fazer a universidade. Felizmente, nos últimos anos a gente conseguiu que isso se espalhasse mais pelo país. Acho que tem a ver, no meu caso, com a minha família, e tem a ver com o tema do dossiê de vocês, que é uma daquelas famílias que conseguiu algum tipo de pequena ascensão social com o Milagre Econômico. E que sofreu com a crise do Milagre Econômico no final dos anos 1970. Então meus pais conseguiram casa própria, uma série de coisas que estão associadas à família de origem popular, mas que conseguiram uma certa estabilidade econômica que permitiu que os filhos estudassem. A educação era uma coisa que meus pais sempre prezaram muito, algo visto como fundamental na nossa formação e na ascensão social. Óbvio que estava pensando em sair da situação de classe popular e tentar uma melhor vida. Então, a minha geração é muito marcada [por este contexto]. Eu fui fazer História da USP em 1985, quando eu tinha 17 para 18 anos, bem novinho. E aquela turma de pessoas que foi fazer história naquele momento, foi fazer história, ciências sociais, esses cursos, estava muito fortemente marcada pelo processo de redemocratização do país, e em particular pela participação popular nesse processo. O processo de redemocratização do Brasil especialmente para quem vem de São Paulo, dos bairros mais periféricos de São Paulo, a questão das greves do ABC, da militância dos trabalhadores é algo que estava na nossa cara. Eu me lembro que a primeira vez que eu ouvi falar das greves e do Lula, por exemplo, foi [alguém] batendo na porta da nossa casa pedindo ajuda. Tinha essa coisa de você doar mantimentos para greve, para ajudar na greve. E aquilo me marcou muito, porque meu pai virou para mim e falou “olha, essa luta é justa. A gente tem que ajudar”. E aquilo foi uma coisa que eu nunca esqueci, na verdade, teve uma influência. Meu pai não era uma pessoa particularmente politizada. Era um trabalhador comum, mas que por alguma razão ele sentiu naquilo algo que era importante, que fazia sentido. Então, o desejo dos meus pais obviamente não era que eu fosse fazer um curso de história como primeira pessoa da família [a ingressar na Universidade]. Eles tinham um sonho que eu fosse, sei lá, médico, engenheiro, advogado... História, obviamente, estava muito associada a questão de ser professor do ensino secundário. Eles nem imaginavam muito o que era ser professor numa Universidade. Então eu tive que brigar um pouco para ir fazer um curso de História, e a decisão de ir fazer um curso de história estava muito vinculada com essa vivência. Com essa ideia de que fazer história ia me ajudar a mudar o mundo. De certa forma, eu perdi essa ingenuidade, mas eu ainda acredito um pouco nisso. Isso ainda está um pouco comigo. Não tão ingenuamente como era quando eu tinha 18 anos, mas eu ainda tenho um pouco essa visão. Enfim, acabei passando na USP, na Universidade de São Paulo, que é uma universidade muito prestigiosa, muito prestigiada. Vivi muito aquela agitação da segunda metade dos anos 1980, enfim, da

redemocratização. Eu participei muito do movimento das Diretas Já que é uma coisa que acho que eu nunca vou ver igual em termos de importância, algo muito impactante. Então eu fiz o curso de História e, na verdade, o curso da USP foi muito... “Decepcionante” é muito forte. Mas foi um curso que eu tive muita dificuldade de me adaptar à Universidade. Aos ethos da Universidade, eu acho. Eu fiz o curso, eu tinha que trabalhar, depois logo eu tive que trabalhar e fazer o curso junto com o trabalho. Então isso era um fator de dificuldade, mas eu não gostava do curso. Eu fui até o fim porque era uma questão de honra (risos). Eu não podia voltar atrás, por causa dos meus pais (risos). Mas em vários momentos eu tive vontade de desistir, de parar, de tentar fazer alguma outra coisa. Eu sei que é um pouco surpreendente porque depois eu acabei virando historiador, mas a verdade é que meu curso de graduação foi um curso que eu não fui particularmente feliz. Tem várias razões para isso, [que] eu não vou falar. Tem a ver um pouco também com o ambiente. Talvez eu esteja sendo um pouco injusto, mas é a percepção que eu tenho hoje daquilo. E quando eu tava acabando o curso eu recebi um convite para atuar de forma voluntária numa organização que estava começando a existir, que se chamava Instituto Cajamar, que era uma escola de formação política, vinculada ao Partido dos Trabalhadores, à Central Única dos Trabalhadores, aos movimentos sociais, muitos dos quais eu tinha uma conexão de amizade, de militância, de atuação. E me convidaram para trabalhar lá como educador voluntário. Eu achei aquilo o máximo, me orgulhei muito de poder ter aquela oportunidade. O Instituto Cajamar era presidido por nada mais nada menos do que Paulo Freire, era o presidente de honra. Várias das pessoas que viriam a ter uma posição importante na história brasileira passaram pelo Instituto Cajamar. Foi uma experiência incrível de eu poder conviver. Um rapaz de vinte e poucos anos poder conviver com aquele ambiente intelectual, político. A experiência no Instituto Cajamar realmente marcou minha vida, marcou muito do que eu sou. E quem coordenava as ações na área de História nesse Instituto Cajamar era o professor Marco Aurélio Garcia. E o professor Marco Aurélio Garcia me reconectou com a História, a verdade é essa. Ele é um colega chamado Hélio da Costa. Depois o Alexandre Fortes, depois todo um time que foi se juntando ali no Cajamar e que acabou indo para Unicamp, muito por conta influência do Marco Aurélio, que era professor na Unicamp. Então o Marco Aurélio e o Hélio da Costa me estimularam. O Hélio da Costa estava fazendo mestrado na Unicamp e eles me estimularam muito a ir para fazer mestrado. E aí eu fui vendo que a História do Trabalho era uma coisa possível de ser feita, interessante de ser feita. O Marco Aurélio me apresentou ao E. P. Thompson, e tudo isso foi muito via esse caminho. E acabou dando no que deu (risos).

CP: Obrigada Paulo, pela resposta. Muito instigante saber essas trajetórias. Como a gente chega nos nossos temas de pesquisa, nos nossos interesses. Seguindo, queria agora perguntar sobre a experiência de temas de pesquisa de vocês. Vocês dois trabalham com várias temas dentro do Mundo do Trabalho: forma de organização do trabalhador, resistência, repressão, terceirização, são alguns dos temas que vocês dois se aproximaram. Então eu queria que vocês

falassem um pouco sobre como esses temas foram entrando na agenda de pesquisa de vocês, como é que se deu a inserção de novos temas, como a ampliação do próprio campo influencia nesse processo. Acho que a gente pode começar com a Victoria.

VB: Muito obrigada, Clarisse. Queria recuperar um pouco a linha, em diálogo com o que Paulo falava. Creio que sim, há uma interpelação muito grande entre a realidade ao nosso redor e as questões que ele levantava das etapas históricas. De fazer História no início dos anos 1990, na Argentina e tinha um peso no meu interesse nas questões que têm a ver com trabalho. Primeiro, notando uma falta enorme na universidade. Essas questões que Paulo pontuava sobre a carreira de graduação, eu as compartilho. Para mim também a carreira de graduação foi muito interessante em algum sentido, em termos de formação em História, mas, por outro lado, havia ausências muito grandes, em termos temáticos. E o tema do trabalho e a história de trabalhadores, trabalhadoras, movimento sindical era claramente um deles. Então, a busca em todos os anos formativos teve a ver não só com a história recente, com a necessidade de pensar isso que havia passado há não muito tempo. No início dos anos 1990, meado dos anos 1990, a transição para democracia havia sido uma década atrás, e, porém, não se podia falar sobre esses temas. E muito menos de trabalho em um momento no qual havia uma onda de reformas neoliberais, onde se estava mudando totalmente o papel do Estado e não havia registro sobre isso. As tentativas de formação na pós-graduação tiveram a ver com isso, pensar uma pós-graduação que permitisse pensar essas questões, teve muito a ver com essa necessidade. Na realidade, eu fiz o mestrado, e depois o doutorado em Columbia no ano de 2001, um ano muito importante para Argentina, porque marcou uma crise fenomenal em termos de economia, da sociedade e das instituições. E nesse contexto todos os temas que já me preocupavam, e sobre eu quais eu já vinha buscando, como pensar a ditadura, como pensar o papel dos trabalhadores e dos sindicatos... Na minha casa, meu pai é economista, minha mãe foi assistente social e trabalhou muito tempo em vinculação com todos esses setores, portanto se discutia muito política e estava muito presente toda essa problemática. E isso em 2001 estava [presente]! Em 2001, na Argentina, não era possível seguir sem falar sobre todos esses temas que estavam junto com a crise. E é nesse contexto, no período de estudos nos Estados Unidos, primeiro o mestrado, depois o MPhil [Master of Philosophy], os fiz muito em diálogo com a situação argentina. Indo e vindo, e participando à distância. E esses temas que pareciam impossíveis de trabalhar, e que eu tinha ido trabalhar no doutorado, na realidade começam a se tornar um eixo central em todos os anos 2000. Então, quando eu voltei a viver na Argentina entre os anos 2004 e 2005, a situação havia mudado completamente. O “fim do trabalho”, sobre o qual se falava, havia se deslocado por completo. Havia um processo de crescimento econômico do qual começava a se falar, os trabalhadores no movimento sindical tinham um protagonismo crescente, e todas essas perguntas que eu havia me feito tão solitariamente nos anos 1990, com outros setores, com outros grupos, sempre discutindo e sempre gerando instâncias de formação com outros

companheiros, mas nos 2000 tinham outra ressonância. E esse contexto, para mim, onde o tema central da minha tese de doutorado, que foi a organização sindical de base em grandes fábricas industriais entre os anos 1950 e 1980, teve uma ressonância enorme, porque estávamos discutindo o papel do movimento sindical na sociedade, estávamos discutindo os delegados, as comissões internas, a mobilização e a disputa salarial. Todas essas questões eram muito importantes. E não só as questões sobre os trabalhadores e sindicatos eram muito importantes, mas também porque implicou na abertura do processo de justiça da Argentina. Questão que também sempre se discutiu muito na minha família, sempre esteve muito presente. Durante os anos 1980, tenho memória sendo muito pequenininha, porque tinha 10 anos quando começou as Juntas, tenho um registro muito forte desses tempos. A reabertura e processo de justiça, a partir de 2005, quando a Corte Suprema ratifica a nulidade da Obediência e a Lei do Ponto Final¹ e a reabertura dos Juicios² [processos dos julgamentos] também abriram meus outros interesses. Não só trabalhadores e sindicatos, mas também como pensar a ditadura à luz dessas transformações e desses sujeitos. Creio que a realidade nos desafia. Para mim é muito interessante ver historiadores e historiadoras dizerem que tem que tomar uma distância objetiva, e quanto a mim, na verdade, a objetividade passa a ser muito clara em termos de metodologia, por explicitar com que fontes se trabalha e como se trabalha. Eu acredito ser uma tarefa de seriedade, que tem a ver com o respaldo. Mas não existe uma objetividade, si por esto se comprende uma falta de posicionamiento. Temos uma posição e temos um atravessamento subjetivo nas nossas vidas y puntos de partida teóricos, conceptuales y metodológicos com los que abordamos las fuentes y el trabajo de archivo. Daí surge todo o meu interesse pelas organizações sindicais nos locais de trabalho, por poder pensar a ditadura a partir dos trabalhadores, a partir das transformações econômicas e sociais, da perda de direitos, e da vinculação da repressão com uma profunda transformação social. Como devemos olhar esses processos em diálogo. E nesse sentido foram aparecendo esses outros temas que mencionava Clarisse, quando dizia por um lado a questão da terceirização do trabalho, foi uma questão muito presente 2000. No ano de 2010 um militante foi assassinado, um militante que acompanhava um grupo de trabalhadores terceirizados. Este militante se chamava Mariano Ferreira, era um militante do Partido Obrero, e isso põe sobre a mesa toda a trama da terceirização. Como, na verdade, a separação dos trabalhadores e trabalhadoras de primeira e segunda categoria guiava uma quebra e uma fragmentação muito significativa. Então, o Juicio Penal, que me convocara para trabalhar academicamente, a vinculação com esse Juicio Penal, que terminou com uma condenação histórica, foi muito interessante todo esse processo de trabalho. E então, de repente, não só era historiadora, mas também estava trabalhando no âmbito policial (risos). E tendo

¹ Conhecidas como “leis do perdão”, a Lei do Ponto Final e Lei da Obediência Devida foram aprovadas durante os anos 1980 (1986 e 1987, respectivamente) e impediam que os torturadores da ditadura de 1976 fossem punidos.

² “Juicios a las Juntas” é como se denomina o período de processos judiciais realizados na esfera da justiça civil na Argentina, de abril a dezembro de 1985.

incidência em discussões que nunca havia pensado. E com isso se abriu toda a linha sobre a responsabilidade empresarial nos delitos de lesa-humanidade, uma linha que tinha muito a ver com toda a minha investigação de doutorado, que realmente havia tido um foco importante ali. Mas agora havia julgamentos! E era possível começar a pensar não só na investigação histórica, mas também na alimentação entre a investigação acadêmica e os processos judiciais. Isso só para contar pelo menos uma parte da história.

HN: Obrigada Victoria. Eu fiquei com uma dúvida. Você falou na primeira pergunta sobre uma visão. Quando você fez o doutorado em Columbia, você tinha uma outra visão sobre a América Latina e agora você está falando um pouco também sobre como foi esse processo de voltar para a Argentina. Isso vai sendo influenciado pelo contexto que você está vivendo. Eu queria saber um pouco dessa visão historiográfica que teve na Argentina, uma mudança da compreensão sobre como se via os trabalhadores. O Paulo falou sobre o Thompson estar chegando no Brasil e estar influenciando uma série de pessoas, mudando um pouco a historiografia. Se você puder falar um pouquinho também se você sentiu alguma diferença, como isso acabou te influenciando na parte teórica da sua abordagem. Obrigada.

VB: Perfeito, Heliene. Sim, é bem interessante pensar sobre os marcos teóricos. Essa diferença que marcava Paulo estava muito presente na Argentina na década de 1990. Mas, na minha perspectiva, a reapropriação de Thompson em grande parte da academia na década de 1990 era quase que retirando a questão de classe. É bastante difícil pensar isso, não? (risos) Por que como fazer para recuperar Thompson e retirar a classe? Bom, nos anos 1990, na Argentina, a visão de classe se deslocou muito, principalmente em setores mais importantes, ou mais hegemônicos da historiografia. Começou a se pensar muito mais em termos de cidadania ou em termos de setores populares, ou em termos de, inclusive até os anos 1990, movimentos sociais. E a categoria de classe era incômoda, não para todos, porque seguiram existindo setores importantes que mantiveram análises da classe trabalhadora, mas pelo menos em termos da formação de la Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade de Buenos Aires, a abordagem de classe era praticamente marginal. Inclusive naqueles setores que reivindicavam um olhar positivo da historiografia anglo-saxã, e de Thompson em particular. Tudo que tinha a ver com classe terminava sendo desprezado, pensado como mecanicista, antiguo, economicista. E não me foi muito melhor nos Estados Unidos, porque claramente não é o reino da perspectiva de classe, digamos. Nesse sentido também a abordagem culturalista, mas não culturalista em termos de somar a experiência à estrutura, mas sim culturalista em termos de exclusão. Um olhar bastante pejorativo de tudo que tem a ver com a estrutura econômica, bastante depreciativa, considerando que é mecanicista, economicista. Falar de marxismo e falar de estrutura era um problema. Nos Estados Unidos, minha perspectiva de classe também foi um problema, em um contexto de reivindicación de enfoques fuertemente subjetivos, culturalistas y de historia política

a los que se los pensaba como opuestos a las miradas estructurales. Me levou muito tempo, muita discussão (risos). Nunca estive muito cômoda em esse sentido, y aún cuando aprendí mucho. Sempre tive que tratar de vincular as questões e, na minha perspectiva, esse incômodo é um ponto positivo. Na minha perspectiva, estar inserido em setores que talvez não pensem como você te obriga a ser melhor. Te obriga a explicitar uma série de questões, a ter que defender a perspectiva, a ter que fundamentar. E eu acredito que, em termos de disciplina, temos essa obrigação. Temos a obrigação de argumentar, de sustentar, de explicar, e de validar com um trabalho empírico, teórico e metodológico sério aquilo que estamos dizendo. Então não vivi [esta situação] como algo negativo. Vivi todos esses debates, que foram muitos, e todas essas controvérsias como um processo de fortalecimento e de ir encontrando um caminho. E a análise de classe para mim é central. Dessa matriz não só thompsoniana, mas toda a discussão. Em geral todo marxismo britânico tem uma produção muito interessante, e também uma produção latino-americana de reapropriação muito interessante. Para a questão de Comissões Internas, todas as leituras de Gramsci na América Latina são muito interessantes. Em particular na Argentina há uma escola gramsciana muito interessante. A releitura do marxismo em termos amplos, o olhar mais local, inclusive sobre o trabalho, é muito importante. E, nesse sentido, queria voltar ao primeiro que me perguntastes, Heliene, que dizia “bom, pode falar de um olhar sobre a América Latina, voltaste para a Argentina, trabalhastes sobre a Argentina, o que passou?” Bom, estas linhas, tanto a linha sobre a terceirização e mudanças nas relações trabalhistas, como a linha sobre a ditadura, permitiram rearmar esta construção em conjunto com muitos colegas de distintos países da América Latina, particularmente do Brasil, do Chile e do Uruguai, que permitiram ir armando linhas em comum, e vendo as especificidades nacionais, mas também processos regionais. Essa nova circulação também teve resultados muito interessantes.

PF: Muito interessante ouvir a Victoria e ver os paralelos das experiências historiográficas e de formação que passam aí pelos anos 1990, início do século XXI. Tem muitos paralelos. Algumas diferenças, mas muitos paralelos também. Eu costumo brincar que o meu mestrado foi um estudo que teve muito a ver com essa experiência anterior que eu falei para vocês da formação sindical. Só para resumir bem rapidamente. Eu acabei indo trabalhar em um sindicato como formador, como assessor de formação no sindicato, que era o sindicato dos químicos, dos trabalhadores das indústrias químicas de São Paulo, que era, em termos de números de trabalhadores, o segundo maior sindicato industrial da cidade, só perdia para o sindicato dos metalúrgicos. Um sindicato grande, importante. E nesse sindicato, toda sexta-feira tinha uma cervejinha. Um samba e uma cervejinha lá no bar do sindicato. E eu gostava de ficar lá, estava sem namorada na época, então ficava lá com o pessoal, tomando cerveja. E tinha um grupo de idosos, de velhinhos, que eu gostava de ficar na mesa deles, porque eles contavam umas histórias incríveis de vida, umas histórias que eu falava “nossa, isso é fantástico”. E tinha uma coisa em comum entre todos esses velhinhos. A maioria deles era de nordestinos, migrantes nordestinos, a maioria

deles tinha atuado num bairro de São Paulo chamado São Miguel Paulista, e quase todos tinham trabalhado numa fábrica grande que tem lá, que é a Nitro Química. E boa parte deles, os mais militantes deles, tinha sido perseguido depois do golpe de 1964. Trabalhador operário, tinha perdido o emprego, alguns tinham sido presos. E aí eu comecei a juntar essas peças. E acabei fazendo um estudo sobre essa fábrica, que tinha essa característica muito forte de ser uma fábrica do que a gente pode chamar de um certo paternalismo industrial mas, ao mesmo tempo, uma fábrica que se tornou muito militante no pré-64. Uma fábrica onde a militância do Partido Comunista foi muito forte nos anos 1940, 1950 e 1960. Chegou a ser a maior célula comunista operária da cidade de São Paulo. Então aquilo me chamava muito a atenção, me interessava muito entender esse aparente paradoxo entre uma fábrica que se orgulhava de oferecer tudo para os trabalhadores, ser uma fábrica boa para os trabalhadores, e isso estava na memória dos trabalhadores, os trabalhadores militantes diziam que era uma fábrica... A expressão que eles usavam é que a Nitro Química foi uma mãe. A imagem da fábrica como mãe. Mas, ao mesmo tempo, uma das fábricas mais militantes, mais ativista, de ativismo da cidade, do país inclusive. Então fui estudar, muito influenciado eu acho... Digamos, esse é o movimento individual, mas acho que tem um movimento coletivo aí. A História do Trabalho brasileira dos anos 1980 olhou para os períodos entre 1930 e 1964 de uma forma muito negativa. Era vista como um período de cooptação, de controle do Estado. Era o período em que os trabalhadores teriam muito pouca ação. Então a História do Trabalho se interessou muito pouco por esse período. Ela olhou ou para um período posterior... Quer dizer, para ditadura também não se olhava. Se olhou para o período depois de 1978, que ali sim você teria uma classe operária autêntica, militante, não subordinada ao estado, ou para o período antes de 1930, onde você também supostamente teria uma classe operária assim. Então, esse período entre 1930 e a ditadura, vamos dizer assim, era um período entregue nas mãos de cientistas políticos e sociólogos, quando se fala de História do Trabalho. Nos anos 1990, uma geração de historiadores, da qual eu faço parte, começou a tentar analisar esse período sob outros olhares. Então, começa a ter vários estudos de caso, particularmente em São Paulo e no Rio, que vão desafiar a narrativa dominante sobre aquele período. De certa forma, eu faço parte um pouco desse movimento. Tem várias razões para isso. Eu só vou destacar duas porque eu acho que é importante para uma entrevista como essa. Afora a influência internacional, isso um pouco que eu falei anteriormente e que a Victoria falou, Thompson e a historiografia marxista britânica. Mas, para além disso, eu acho que, nacionalmente, eu diria que tem a obra de Ângela de Castro Gomes e do José Sérgio Leite Lopes no final dos anos 1980, que são muito influentes. Elas são obras muito diferentes. A Ângela está interessada muito mais na política, nas relações do Estado. Em "A Invenção do Trabalhismo" é um olhar, digamos, de cima, de certa forma. Mas é um olhar de cima que articula muito com o de baixo. É um trabalho muito interessante nesse sentido, muito rico. E o José Sérgio Leite Lopes, "Tecelagem e Conflitos de Classe", para mim é uma obra prima, porque é um trabalho que consegue articular, com uma densidade antropológica muito intensa, e articular isso com

uma perspectiva histórica de médio e longo prazo fantástica. E esses dois trabalhos acabaram sendo muito influentes para pensar o pós-1930 para a minha geração. Há outros. Eu acho que o trabalho de Sidney Chalhoub... Mas eram trabalhos sobre outros períodos. Pegando o período que eu estou me referindo, eu diria que esses dois trabalhos acabaram sendo muito influentes. Eu fiz esse trabalho sobre a fábrica, e eu costumo dizer que no doutorado eu saí da fábrica e fui para o bairro. Porque foi exatamente esse movimento que aconteceu. Pensar outros espaços de articulação de identidades e de importância na vida dos trabalhadores, em particular o espaço da comunidade. Isso se deu muito porque a questão da migração nordestina foi jogada na minha cara. Fazendo uma confidência aqui, eu não tinha muita noção que isso tinha muito a ver com a minha própria vida. Na verdade, esse aspecto psicanalítico, digamos assim, eu só fui perceber muito depois. Os temas apareceram porque estavam ali, digamos. Eles pareciam estar ali por causa da própria pesquisa. Mas, claro, olhando a posteriori, claro que a minha própria trajetória, como filho de migrantes tem impacto, teve um impacto que eu não dimensionei à época. A verdade é essa. Embora, na minha própria escrita isso apareça. O jeito como eu começo os textos, olhando a minha introdução tanto do mestrado quanto do doutorado eu vejo que ali um... Mas acho que eu não tinha feito muito análise na época, não tinha feito muito terapia, não tinha percebido isso, que tava tudo lá já (risos). Mas enfim, o estudo do doutorado, que acabou se tornando um estudo... Enfim, com algum tipo de influência. Se tornou conhecido porque ele enfrenta essa questão vital para pensar o Brasil, que é a questão de ser um país que teve, em 40 anos, uma Argentina saindo do campo e indo para cidade. Ou seja, 35 milhões de pessoas em 40 anos saíram do campo e foram para as cidades. E é impressionante que a História Social e a História em geral vejam muito pouco isso. Isso está mudando, mas eu tenho o orgulho de dizer que eu tenho ajudado, eu ajudei nessa mudança. Mas ainda me parece que tem um campo enorme de estudo e em outras dimensões. A dimensão racial, a dimensão de racialização, que eu toquei, mas toquei pouco, se fosse hoje certamente eu teria outro olhar que essas questões. É importante a gente pensar, enquanto historiadores, que o tempo que a gente está influencia muito o que a gente faz. Não tem como. A gente é prisioneiro, no bom sentido também, do tempo em que a gente vive. Durante o doutorado, eu fiz um doutorado sanduíche e eu fui para Manchester, na Inglaterra, lugar paradigmático da História do Trabalho. Tive a oportunidade de ir para lá, teve muito a ver com o meu orientador, que era o Michael Hall, que me incentivou muito a fazer esse movimento. Toda a coisa da língua, do medo de ir para fora. Outro turning point na minha vida acadêmica, na minha trajetória acadêmica, foi essa experiência no exterior, fundamental. Fundamental para eu ver o Brasil como parte da América Latina. Fundamental para eu pensar uma perspectiva mais global. E fundamental para alguns temas que eu acabei desenvolvendo posteriormente. Toda a questão da História Pública, de pensar a História do Trabalho para além dos muros da universidade. É óbvio que era algo que está na minha trajetória desde... o berço! Mas que se forjou melhor academicamente nessa experiência no exterior, na Inglaterra e depois nos Estados Unidos quando eu tive em Princeton e em Duke. Então toda a

coisa da América Latina, que eu acho que para os brasileiros é ainda muito mais difícil do que para os argentinos. Nós temos mais dificuldade por uma série de razões históricas e culturais de nos vemos latino-americanos e estar fora nos ajuda muito a isso, a esse reconhecimento. A experiência de Manchester também foi muito importante para mim em um tema que é muito caro e que também me aproxima da Victoria por um outro ângulo, que é o tema da desindustrialização. Eu sou um historiador da classe trabalhadora da industrialização mas, agora, como pensar quando a indústria vai embora, quando ela acaba? Como pensar as questões de classe, como pensar os processos de formação de classe nessas outras circunstâncias, que são circunstâncias mais contemporâneas. Então isso me obriga a dialogar com economistas, com sociólogos, dialogar com outros campos de conhecimento que analisam mais esses processos. Então eu tenho estado muito interessado nisso. E por fim mesmo, ainda para o bairro, para essa coisa, ainda me forçou a pensar essa coisa dos trabalhadores fora da fábrica e fora do sindicato. Em outras formas organizativas que os trabalhadores podem ter e têm nas associações de bairro, nos clubes de futebol, nesses espaços mais informais. Que muitas vezes estão articulados com os formais. Um dos problemas da literatura, de uma certa literatura, é separar esses espaços como você tem o espaço da fábrica e do sindicato aqui e o espaço do bairro e das associações acolá como se essas coisas na vida das pessoas não tivessem, em vários momentos, muito interconectadas. Essa interconexão me interessa.

HN: Obrigada Paulo. Eu vou ter que dar depois um direito de resposta a Victoria para ver se ela concorda com as provocações que você fez em relação a ela (risos).

VB: Queria simplesmente retomar algumas questões que Paulo estava expondo. Me parece muito importante isso que ele expõe sobre os cruzamentos. Creio que uma das questões mais interessantes que se produziram nos últimos anos no campo da História do Trabalho, pelo menos no caso argentino, foi que houve uma ampliação fenomenal da historiografia, realmente muito grande. Todas essas dificuldades sobre a qual eu vinha falando, sobre essas ruas sem saída, inclusive este olhar dos anos 1990 só sobre trabalhadores e trabalhadoras, sobre o movimento sindical em si. Mas havia a perspectiva sobre o movimento sindical e seus líderes, das estruturas, muito institucionalistas, mas muito subjetivistas. Há um artigo muito interessante de Emília Viotti da Costa, sobre experiência versus estruturas, essa cultura e esse desencontro tão grande entre as abordagens estruturais e essa perspectiva mais subjetivista, que inclusive marcaram os anos 1980, que foi uma década muito importante para os estudos de gênero. Os estudos de gênero tiveram uma predominância liberal em sua perspectiva, e abordaram temas identitários, políticos, e não tanto questões trabalhistas, sociais. Esse encontro com o olhar de classe, de gênero e classe, foi muito esquivo durante muito tempo. Eu creio que nas últimas décadas, isso que Paulo expôs como objetivo, que eu vejo claríssimo em sua produção, em sua busca, em todo esse caminho que descreveu tão bem, acredito que essa é uma busca compartilhada muito

amplamente. Não necessariamente porque todos podemos conseguir fazer muito bem, tudo bem. Mas eu falo do resultado que, por sorte, no caso de Paulo são muito significativos, mas não para todos. Mas, me parece que há uma busca compartilhada a respeito da ampliação de uma quantidade de sentidos. Em primeiro lugar, questão de poder pensar não só o tempo do trabalho e o lugar do trabalho, mas também os ciclos de vida de uma maneira mais ampla. E isso inclui outros territórios, outras problemáticas. Por outro lado, a dimensão de gênero. É preciso pensar os trabalhadores e trabalhadoras, em termos de gênero, mas também o movimento sindical. Olhá-lo em termos de uma perspectiva de gênero. Por outro lado, sair um pouco do nacionalismo metodológico que nos caracterizou durante tanto tempo, e que ambos destacávamos, em termos de pensar sempre a classe trabalhadora argentina ou brasileira e a história nacional como o decisivo. Claro, percebendo que há particularidades e processos específicos, mas também há conexões entre esses processos. Temos pontos de conexão que vão variando. Por outro lado, os fenômenos de migração, etnicidade, de composição interna... Vocês chamam no Brasil “raça”, na Argentina não se chama “raça”, não se pode mencionar assim sem ser racista, digamos, porque se considera necessário discutir incluso el mismo concepto de “raza” como tal. Mas, bem, em muitos lugares do mundo efetivamente se denomina “raça” e aí temos uma discussão enorme. Mas, claramente, não dá no mesmo, e aí podemos ver as subjetividades atravessadas por uma série de dimensões que são fundamentais. Como situação atual de mobilização imensa em diferentes pontos do mundo, incluindo o Brasil, e claro nos Estados Unidos, com o Black Lives Matter, e o mesmo na Grã-Bretanha. Vemos um processo crescente de reconhecimento de que estas subjetividades têm que abrir-se a estas questões de gênero, de raça, de geração, muito importantes, aparecem as questões identitárias. Eu acredito que é um momento muito interessante para a História do Trabalho e dos Trabalhadores e Trabalhadoras na atualidade, e que muitas dessas buscas têm hoje uma potencialidade muito forte, assim como tudo que tem a ver com as dimensões internacionais. Os estudos, por exemplo, que cresceram muito sobre a Organização Internacional do Trabalho ou sobre as centrais sindicais mundiais, como muito bem sabe você, Heliene, realmente sua própria pesquisa pode mostrar isso, como a partir de determinadas instituições podemos observar dinâmicas que são globais, internacionais, regionais, em distintos sentidos, e podemos reconstruí-la. Creio que estamos em um momento bem interessante para esse tipo de buscas mais complexas e para nos perguntarmos o que é ser trabalhador e trabalhadora hoje, que é uma discussão, para mim, muito interessante. Creio que uma questão recente, muito significativa, é essa ambição por sair dessa visão centrada nos trabalhadores sindicalizados, homens, da indústria, como o paradigma dos trabalhadores e trabalhadoras, para poder pensar em um sujeito muitíssimo mais complexo, com gêneros distintos, com raças distintas, com idades diferentes, com trajetórias distintas e com ofícios muito distintos. Todo o debate sobre a prostituição, sobre a proibição ou a regulamentação da prostituição, e se isso é ou não trabalho, são debates muito importantes. Os debates sobre a mendicância, sobre tudo que é economia popular, os trabalhos não registrados, invisíveis,

informais, o que fazemos com isso? Creio que há uma ampliação das problemáticas vinculadas com o campo do trabalho que é muito interessante. Na minha perspectiva, é um desafio poder ver como assumir essa reconstrução, que é tão complexa e, ao mesmo tempo, poder seguir mantendo algumas dimensões analíticas que para mim são centrais. Desde a minha perspectiva, a abordagem de classe, aquela abordagem de classe que eu estava falando, que fui construindo com leituras distintas, em confluências com distintos grupos, equipes, companheiros, com uma abordagem de classe que para mim foi muito importante [para] trabalhar onde eu trabalho, desde a volta da minha formação doutoral, que é a área de Economia e Tecnologia da FLACSO. Então todos esses diálogos que Paulo levantava com a economia para mim são decisivos. Desde essa abertura do sujeito eu diria que hoje, esse olhar sobre a estrutura é fundamental. Não podemos nos desfazer do papel do capital neste processo. Da minha perspectiva, há um esquecimento e um deslocamento muito grande quando a preocupação passa a ser a sociedade civil e o Estado e a analisar as dimensões políticas sem entender as dimensões que tem a relação capital-trabalho, que segue, de algum modo, ordenando essa perspectiva que podemos ter dos sujeitos. Então, creio que em termos da atualidade, neste caminho que Paulo estava propondo de poder ampliar os sujeitos, ampliar o olhar, olhar não só tempo do trabalho e o lugar do trabalho, mas também o território, o bairro, o tempo de ócio, o esporte, o povo, a confluência com outros, a organização comunitária. Poder ampliar esse olhar também eu creio que uma das questões, um dos maiores desafios que temos, uma das maiores negações que subsistem, é olhar a dimensão capital-trabalho que é central, para dar a esses sujeitos uma localização em um panorama que não seja estatista, que não seja unicamente político em suas dimensões e que não seja negador de determinados vetores de forças que para mim são decisivos.

HN: Perfeito, Victoria. O que eu acho que é interessante, que estava sempre presente nas falas de vocês dois, [é que] o contexto em que se vive influencia a pesquisa, novas questões que chegam do debate historiográfico influenciam a pesquisa, você vira um pouco o olhar pra outro lugar por que você começa a ver conexões que antes não estavam, não existiam, não eram tão presentes assim. Eu acho que essa existência da pesquisa, essa conexão, na verdade, entre a vida e a militância, se for o caso, é muito importante. Então, eu queria fazer uma pergunta um pouco ampla, a produção de vocês influencia no mundo fora da academia. Então se você puder falar um pouquinho, Victoria, como ser pesquisador e também utilizar a pesquisa pra mobilizar essas outras ações fora da universidade.

VB: Muito obrigada pela pergunta, acredito que é muito interessante. Sim. Eu diria que, na realidade, muitas linhas de militância, no meu caso, surgem da própria investigação. Por isso, talvez, a princípio, eu creio que sim, que realmente existem relações entre as vidas pessoais, as trajetórias e as linhas que se elegem para trabalhar. Mas eu também reivindicaria a total liberdade que se tenha para fazer isso e negaria os determinismos. Se uma pessoa vem de determinados

lados têm que fazer determinadas questões... Felizmente não! Reivindicamos que cada um, venha de onde venha, possa fazer o que queira. Isso, desde a minha perspectiva, todas as linhas de ativismo, de trabalho e de militância, realmente nascem a partir de um desejo, de uma perspectiva própria, e de uma vontade de fazê-lo frente a uma produção científica que de algum modo muitas vezes se declara pressionada pela realidade. Por exemplo, a Argentina. [Há] muitas discussões sobre a ditadura na Argentina, e há vários autores que determinam que há coisas que eles não se podem discutir, supostamente. Eu, na realidade, não entendo como eles não podem discutir. No meu caso, eu tenho enfrentado processos de investigação complexos, contraditórios, qual sejam, qual é o papel com a guerrilha, a relação com a movimentação sindical, como, por exemplo, nos anos 1970, foram assassinados líderes sindicais, ao quais se considerou completamente envolvidos no processo repressivo, o difícil que é ver as empresas como promotoras de crimes e violações de direitos humanos muito graves, com existência de centros clandestinos de detenção, as próprias contradições dos setores sindicais, que primeiro se horrorizaram com setores mais radicalizados e logo foram perseguidos pela ditadura. São temas muito dolorosos e muito difíceis, mas creio que por meio da investigação temos uma enorme capacidade para analisar essas questões e para ver suas contradições. Então, na realidade, muitas das causas nas quais eu trabalho provém desse estudo. Não é que haja um fanatismo por determinadas questões, é que eu estudei o tema e vi o que significou o processo repressivo para esses trabalhadores, é porque acumulei uma quantidade enorme de fontes, de depoimentos, de materiais, que me permitem ver isso é decisivo, que são batalhas decisivas e precisam ir para o âmbito policial, porque realmente há um processo de violação de direitos que não só afetam o passado, mas também afetam o presente. E que nos permite ver características do funcionamento do poder econômico que são muito preocupantes na atualidade. As Nações Unidas hoje estão discutindo um tratado sobre empresas e direitos humanos. Há instrumentos do sistema internacional dos direitos humanos levantados nos anos 1970 pensado no poder das multinacionais. Então, na realidade, a intervenção pública surge do processo de investigação que sustenta, fortalece e reforça a necessidade de fazer com que essas investigações não fiquem unicamente em processos de conhecimento, mas que se avance ao julgamento, à responsabilidade, e à transformação destas realidades. Não só não vejo uma contradição, mas antes realmente vejo uma relação muito forte. Se eu estudo determinados temas, faço um enorme esforço de documentação, de investigação e uma tarefa séria de interpretação, tenho conclusões que mobilizam. No meu caso é assim. Por isso eu diria que, felizmente, eu creio que todas as experiências de vida importam muitíssimo e, claro, abrem algumas questões. Talvez, se fosse uma família com menos politização, haveria discussões que não se havia dado. Mas, creio que, às vezes, linkar essas questões, ou vincular essas questões, apenas com as trajetórias... Não acredito nelas como linhagens ou inerências impuestas, que hay que seguir forzosamente. Sí creio que, felizmente, nós, seres humanos, estamos muito atravessados pelas circunstâncias que nos passam e que nos aproximam, y que son em um sentido belas herencias.

Nos aproximam de gente com as quais supostamente não teríamos nada a ver, e de repente somos irmãos, porque sentimos as coisas da mesma maneira, ou porque compartilhamos determinados processos, ou porque construímos em conjunto determinadas questões. Então, eu teria cuidado com as experiências, porque às vezes as experiências são muito importantes como enriquecimento, mas às vezes também condicionam. Como se um determinado lado tem que ir até o outro. No meu caso eu não sinto isso. Eu nunca me senti obrigada, pelo contrário. Sempre senti que a experiência importante que posso reclamar é a experiência da liberdade, é a experiência da construção de uma identidade própria. De eu ser quem eu queria ser. E creio que há como uma catarata de direitos nesse ponto. Creio que, por exemplo, em muitas discussões recentes que tive nesses tempos sobre ditadura com meninos, porque me convidaram em escolas para apresentar um trabalho que fazemos sobre responsabilidade empresarial em delitos de lesa humanidade. E eu me perguntava, o que isso dirá a esses garotos? Garotos de 16 anos, 15 anos. Eu vou falar de uma ditadura que aconteceu muito tempo antes deles nascerem. E, apesar disso, vimos um montão de materiais, e eles diziam “afinal, toda essa luta por direitos, as mães da Praça de Maio, nos ensinaram a lutar pela identidade. Nos ensinaram a defender que nós temos direito a ser quem nós queremos ser. Temos direitos a perguntar, a saber de onde viemos, e onde queremos ir”. Então, as lutas pela identidade sexual, as lutas feministas, que tiveram uma trajetória impressionante nos últimos anos, muitas meninas dizendo “tenho o direito de escolher sobre o meu corpo, tenho direito de ser quem sou”, tem uma estreita vinculação com as lutas pela identidade, pelos direitos, pelo respeito, pela capacidade de investigar, de dizer publicamente o que se pensar, pela capacidade de reconhecer a própria história como própria. Por isso te diria que, na minha perspectiva, há uma vinculação muito rica entre a militância e a pesquisa. Se alguém faz um trabalho acadêmico sério, desse trabalho acadêmico sério surgem preocupações e questões que interpelam e que te levam a sair da academia, e a não só escrever artigos, mas a se perguntar como pode tratar de reparar aquilo que aconteceu e como pode tratar de transformar adiante aquelas questões que seguem afetando as estruturas.

PF: Adorei a resposta da Victoria. Eu também queria reivindicar a liberdade. Me afilio totalmente nessa mesma percepção, e nessa mesma convicção da Victoria de que uma das coisas mais belas de ser historiador é pensar a experiência humana na sua imensa multiplicidade. É uma das coisas que mais me encanta no que a gente faz. E abrir mão disso por qualquer tipo de determinismo, mesmo os mais bem intencionados, é perder muito. Claro, a mim me coube ser um historiador do trabalho por variadas confluências, como a gente conversou aqui e me orgulho muito disso. Mas não tem nenhuma... obrigatoriedade. É uma escolha minha. Claro, que é uma escolha condicionada por quem eu sou, porque todas as nossas escolhas estão condicionadas por isso. É claro que é uma escolha condicionada pelo tempo que eu vivi e vivo. Mas defender a liberdade disso é muito legal, muito linda a resposta, o comentário da Victoria. Eu queria só comentar duas coisas ainda sobre esse tema. Eu acho que, uma coisa que eu não disse antes,

mas que eu queria voltar, que é a importância da experiência coletiva. Os historiadores são tidos, o imaginário sobre o historiador, o estereótipo sobre o historiador é do cara, do homem ou da mulher, lá isolado, trabalhando sozinho. Uma das coisas mais ricas do campo da História do Trabalho, não é só a História do Trabalho, mas a História do Trabalho tem muito isso e a experiência que nós construímos, que muitos de nós, que me antecederam, e nós, e os que nos sucederão, espero, uma das coisas mais ricas dessa experiência acho que é a possibilidade de uma construção coletiva do conhecimento. Acho que isso é uma característica muito importante da História Social do Trabalho. Claro que isso é muito difícil, isso gera tensões. Mas acho que é um dos aspectos mais enriquecedores, e que de certa forma, em alguma medida nos diferencia no campo historiográfico em geral. Claro que tem outras áreas que também tem um trabalho coletivo muito forte, mas acho que a gente tem muito essa característica e eu queria destacar isso, porque essa característica nos dá essa multiplicidade de diálogos e de visões que a Victoria estava enfatizando, não só, digamos, dentro da disciplina, mas também interdisciplinarmente. Eu brinco muito com essa coisa dos sociólogos, dos cientistas políticos, mas não é possível pensar a história do trabalho no Brasil sem esse diálogo para além dos historiadores. Nós precisamos disso. Então, eu queria destacar esse ponto. O outro que eu queria destacar, que tem a ver com sua pergunta, e tem a ver um pouco com o presente. Com essa relação entre o que a gente faz e o momento que a gente vive, tanto do ponto de vista do negacionismo histórico, dos governos de extrema direita, mas também do nosso campo, digamos, mais da historiografia, e dos debates políticos que a gente está inserido. O sociólogo Göran Therborn, que é um sociólogo sueco que eu admiro muito, acho muito interessante o trabalho dele, ele escreveu um artigo um tempo atrás na *New Left Review*, cuja primeira frase fica sempre na minha cabeça batendo. Ele fala que o século XX foi o século da classe trabalhadora. A classe trabalhadora aparece no cenário público de uma forma inescapável. Mesmo quem não queria que isso não acontecesse tinha que reconhecer esse processo. O século XXI não está sendo necessariamente bem assim. Embora, e aí eu escrevo embaixo do que a Victoria disse, a relação capital-trabalho continua sendo a relação fundamental de entendimento de como a sociedade capitalista funciona, ela está rodeada por processos como terceirização, uberização, muito mais difícil de ser enfrentada, de ser analisada. Mas a gente corre um certo risco, e aqui eu não estou fazendo uma defesa dogmática, ortodoxa da classe, não é disso que se trata. Eu não gosto muito da expressão “política identitária”, por exemplo. De certa forma política de classe também é uma política identitária, classe também é uma identidade. E essa expressão, na minha opinião, acaba por colocar em compartimentos separados, em caixinhas separadas, o que na realidade social está dentro de uma totalidade. Se a gente separa na análise, se a gente radicaliza nessa separação, a gente perde muito. Perde a possibilidade de uma análise não totalizante, isso que eu enfatizei muito na minha resposta anterior e que a Victoria, com o poder de síntese que só ela tem, conseguiu tornar muito melhor. Que é a ideia do cruzamento, das articulações. Se a gente não pensa dentro desse sentido, a gente perde. Eu diria que hoje a gente corre um certo risco de que

a identidade que é escamoteada é a identidade de classe. Os trabalhadores estão fora. As pessoas têm medo de usar a expressão “trabalhador”. No jogo político! Pega a campanha eleitoral de 2018 no Brasil, a palavra “trabalhador” aparece muito pouco. É curioso, porque nós estivemos acostumados durante décadas e décadas com o oposto. Então, se no passado a identidade de classe muitas vezes aplastou, apagou, diminuiu, uma certa leitura dessa identidade não percebeu a amplitude e a riqueza que a própria classe tinha, étnica, geracional, de gênero, de orientações políticas, de tudo! Se muitas vezes a palavra “classe” serviu para apagar essas diferenças, hoje, às vezes, outras identidades estão servindo para apagar a própria de classe. E, insisto, isso não é uma reivindicação ortodoxa, dogmática. É um jeito de olhar, é uma perspectiva teórica de olhar o mundo, a qual eu me afilio. É o jeito como eu penso, que tem a ver, obviamente, com o marxismo, mas tem a ver também com outras influências, outros jeitos de olhar a realidade social. Então acho que a gente tem um desafio muito grande, nós, agora, na segunda década, indo para a terceira década do século XXI. E nós historiadores em particular, temos uma tarefa, um desafio muito grande, que é poder juntar, atar esses laços do passado com o presente, os laços dessas múltiplas identidades. Eu realmente estou muito empenhado em pensar essa, digamos, o que eu chamaria da articulação da tradição com a novidade. Todo o discurso da novidade, um discurso que tende muitas vezes a aplastar o velho, que não serve. E classe foi jogada nesse lugar. Trabalho foi jogado no mundo dos velhos. Eu acho que cabe a nós mostrar que as conexões históricas desse passado com o presente ainda estão aí. E esses entes, essas lutas sociais do presente só podem ser entendidas nesse sentido. Talvez pensar a democracia seja um jeito de criar esses laços. Eu não gosto da expressão “democracia liberal”. Porque “democracia liberal” justamente apaga a ideia fundamental de que a democracia só existe por causa da classe trabalhadora, por causa da luta dos trabalhadores. Ela joga a democracia no colo dos liberais. Pensar a trajetória da democracia e das lutas sociais, dos múltiplos grupos sociais, nos dá uma conexão importante, e é com isso que eu queria terminar a minha fala. Obrigado.

VB: Me encantou, Paulinho, me encantou toda a intervenção, muito linda. E queria retomar três pontos para terminar. Primeiro, a respeito das identidades que se julgam como alternativas, como excludentes. Um dos momentos mais lindos do meu doutorado na Universidade de Columbia foi quando ouvi Eric Hobsbawm, e ele falava disso. As identidades não são sapatos, que tem que se colocar no pé e logo você tem que tirar para colocar o seguinte par de sapato. As identidades são como camisetas, que uma se coloca acima da outra. E que convivem, coexistem. Talvez uma esteja antes da outra em determinado momento, essas camisetas vão mudando de lugar. Mas são questões que, primeiro, está sobre a sua pele. Segundo, que te define diante dos demais. E, em terceiro lugar, que estão superpostas. Não há somente uma. Isso, para mim, foi brilhante. Eu já estava fascinada desde o princípio, mas me pareceu muito incrível e acredito que é muito importante isso. Segundo ponto, a respeito da questão dos trabalhadores e trabalhadoras. Hoje

efetivamente há um problema com a definição de ser trabalhador. A economia de plataforma [aplicativo], que surgiu do processo de mudança tecnológica, tem seu ponto central na negação da existência da população trabalhadora. Quer dizer, como há algoritmo, se há plataformas, não há empregadores e não há trabalhadores, supostamente. Já não estamos falando sobre trabalhadores do primeiro nível e de segundo. Já não estamos falando de fragmentação. Estamos falando de negação da existência do vínculo trabalhista. Então, acredito que isso que estava falando Paulo a respeito do papel da identidade de trabalhadores e trabalhadoras como de enorme relevância nos dias de hoje, como uma enorme bandeira, não é de jeito nenhum excludente. Por isso isso que queria falar primeiro do outro [ponto]. Essas identidades nunca se pensam de maneira excludente, nunca se pensam de maneira única, de maneira exclusiva. Mas sim de maneira constitutiva, “trabalhamos, desenvolvemos, temos um salário, temos essa identidade e essa identidade está em ataque, está sendo negada sistematicamente na atualidade”, e essa é uma das principais vias de operação na atualidade, em termos econômicos, trabalhistas e sociais. E em terceiro lugar, queria retomar a outra questão da qual falava Paulo, a respeito da construção coletiva. Não posso estar mais de acordo. Realmente, em toda a trajetória, foi um pouco difícil falar de muitas coisas porque há muito pouco tempo, mas realmente em cada uma das linhas de investigação de formaram equipes de investigação, na maior parte delas de maneira interdisciplinar, onde é incrível [perceber] como se aprende com os demais, e é incrível como não se dá conta da limitação que tem quando uma cabeça só tenta resolver problemas de enorme complexidade, que requerem discussões, que requerem lutas, que requerem desacordo. Por isso eu dizia que eu gosto muito o incomodo. Gosto muito. Estar com outras pessoas, construir com outras pessoas, é terrível porque colocar a sua cabeça em relação com a cabeça dos demais, é “como pode ser, como está dizendo isso?” e, bom, e nessa surpresa, nessa pergunta, acredito que há uma aprendizagem incrível para cada um de nós, e felizmente é um outro lado do coletivo. Por um lado, não se desespera. Por exemplo, podemos discutir futebol na Argentina e no Brasil e nos desesperamos muito. Mas, por outro lado, se desfruta enormemente desses vínculos. Então queria terminar dizendo que em todos esses processos, na investigação sobre responsabilidade empresarial se constituíram coletivos incríveis. Na Causa Ford, na causa que encontrou culpados nos gerentes da multinacional Ford, em 2018, se constituiu um coletivo de trabalho e um coletivo humano com sobreviventes, com advogados, com organizações incríveis. Quando fui fazer um intercâmbio com um grupo de trabalhadores da Comissão Nacional da Verdade no Brasil, em 2014, forjamos vínculos que continuam até a atualidade. Nós seguimos trabalhando, encontrando, lutando juntos. O acordo da Volkswagen, na semana passada estávamos trocando mensagens, construindo em conjunto, em coletivo, e vamos seguir nos encontrando adiante, e o mesmo com [o tema] da terceirização. E é assim como conhecemos com Paulo, na verdade. Para mim é uma maravilha que como resultado do trabalho acadêmico surjam vínculos, conexões, amizades, que vão muito mais além, e nas quais se aprende muito no desacordo, mas sobretudo desfruta muito da companhia, dos encontros,

dos apoios nos momentos difíceis, dos intercâmbios, da aprendizagem. E de estar junto também, coisa que espero que possamos fazer pessoalmente, essa cervejinha que mencionava Paulo, que lembrava tanto com os trabalhadores químicos. Bom, no mundo acadêmico os congressos são também momentos de encontro, momentos de conexão com os territórios onde se produzem essas coisas, momentos de aprendizagem. E creio que este caminho é uma das coisas mais lindas que se pode ter com a tarefa de investigação. Assim que para nada. Esse encontro de hoje é um símbolo para isso e queria agradecer muito especialmente.

PF: Eu só ia agradecer, agradecer vocês pela oportunidade. Ver a Victoria, conversar com a Victoria, ouvir a Victoria, aprender com a Victoria, é sempre uma alegria imensa. Obrigado a Heliene e a Clarisse por ter proporcionado esse encontro, adorei. Foi uma tarde incrível de conversa. Obrigado.

VB: Muito obrigada, de verdade.

Heliene: Muito obrigada a vocês dois, muito obrigada pela disponibilidade, foi realmente uma tarde muito rica muito cheia de contribuições. Eu queria ficar só no meio e vocês conversando, podendo trocar, porque foi exatamente o que a gente tinha pensado e o que a gente gostaria que fosse feito. Muito obrigada pelo tempo de vocês e por estarem participando.

Clarisse: Também só queria me despedir e agradecer imensamente, a disponibilidade e a oportunidade de ouvir tanto Victoria, quanto o Paulo a gente aprende sempre muito, muitíssimo, e acho que explica um pouco também, Heliene, agora fazendo o jabá, a imensa procura pelo nosso dossiê. A gente vê como é uma área temática tão importante, tão diversa, e não só dentro da historiografia, mas de várias áreas. Muito obrigada.

Entrevista concedida, por Victoria Basualdo, em 01/10/2020

Entrevista concedida, por Paulo Fontes, em 01/10/2020